

O SILÊNCIO SOBRE AS AFETIVIDADES FEMININAS: ESCRAVIDÃO, GÊNERO E CORPO NO MARANHÃO COLONIAL

Nilá Michele Bastos Santos³

Michele Perrot, em “As Mulheres e os silêncios da História”, já assinalava sobre o pouco espaço destinado as mulheres na narrativa histórica “esta ausência no nível da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das “fontes” nas quais o historiador se alimenta devido ao déficit de registro primário” (PERROT, 2005, p. 33).

No que se refere à mulher escravizada o silêncio ainda é maior, mesmo a documentação apontando para um número mais elevado de alforrias para mulheres que para os homens poucos ainda são os estudos no qual suas afetividades são as protagonistas.

Por isso - parafraseando a célebre questão posta por Perrot: “uma história das mulheres é possível?” (PERROT, 2008) - nos perguntamos: uma História da Afetividade nas relações escravistas é possível?

A resposta nunca é fácil! Assim como outros “marginalizados” da história o estudo das mulheres negras escravizadas e as afetividades em suas relações só é possível dentro da perspectiva das migalhas, nos indícios deixados pelos discursos postos, nas pistas de um cotidiano, nos sinais e nos silêncios das fontes. Seguir por esse percurso metodológico não significa afirmar que cairemos na armadilha dos anacronismos, o historiador que escolheu seguir pelo estudo das afetividades e sensibilidades deve está atento com o que apontou Alain Corbin:

Há, em primeiro lugar, o velho problema, muitas vezes enfatizado por Lucien Febvre, do anacronismo psicológico, que consiste em projetar na mente das pessoas que estudamos nossa própria maneira de ver o mundo. Isto coloca, por exemplo, o problema da legitimidade da biografia. Gostaríamos de pensar que aquelas pessoas eram “irmãos de inquietudes”, para retomar a bela fórmula de André Maurois. Eu também poderia ter estado perto de Cleópatra: teria, então, me comportado como Júlio César? Evidentemente, isso faz viajar no tempo, isso embriaga, é tão apaixonante quanto ler um romance policial, mas é errado: isso não pode ser o método certo. Apenas um historiador familiar aos pensamentos de Júlio César pode se arriscar a escrever “Sem dúvida, Júlio César pensou que... Pode-se imaginar que, transpondo o Rubicão...”. É o básico da história: evitar o anacronismo psicológico (VIDAL, 2005, p. 25-26).

Entretanto, evitar o anacronismo não significa fugir da subjetividade. Entre o pensado e o vivido os sujeitos históricos não foram meros fantoches de seus meios sociais tão poucos a

³ Mestra em História Social pela Universidade Federal do Maranhão. Professora EBTB de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – campus Pedreiras. Coordenadora do NEABI – Ifma/ Pedreiras. E-mail: nila.santos@ifma.edu.br

realidade em que estão inseridos é facilmente modificada somente a partir de vontades individuais.

É no coletivo que as categorias vão se automoldando e introduzindo no mundo um grau de autorreflexividade constante e mutável. E isso permite que emoções, sentimentos e paixões sejam objetos de *análise* da História.

Nossa preocupação nas linhas postas a seguir é justamente problematizar os caminhos metodológicos já postos e assim contribuir para a abertura de mais espaços para debater essas questões.

Historiografia das sensibilidades: a afetividade em questão

Apesar de já se apresentarem nos estudos históricos brasileiros pouco foram os momentos em que as afetividades ganharam local de destaque nessa historiografia.

Muitos fatores podem ser apontados para essa questão: falta de documentação sobre o assunto, subjetividade extremada ou ainda a dificuldade dos historiadores em tratar de afetos e sentimentos.

Até há bem pouco tempo, compreendia-se que as mudanças, fossem de pequeno alcance ou de grande folego, eram frutos de ideias, das técnicas ou de quaisquer outras práticas orientadas exclusivamente pela razão. Até mesmo as atividades políticas eram entendidas como movidas por ideologias – uma projeção bem elaborada, ou utopias – sonhos coletivos que, em virtudes de suas cargas emocionais, eram irrealizáveis. E, ao se tratar das relações interpessoais e de seus afetos anelantes, compreendiam tais fenômenos como inerentes à vida privada, de pouca ou nenhuma serventia para explicar as energias que inspiravam as ações coletivas (BREPOHL, 2012 - contracapa).

No entanto, é durante a década de 1930 que apontamos o pioneirismo nos estudos sobre afetividades no Brasil com Gilberto Freyre, que ao publicar “Casa Grande e Senzala”, negou o evolucionismo europeu presente à época e deslocou as concepções racistas-biológicas para o campo da cultura demonstrando que não há culturas inferiores ou superiores, mas todas se equivalem e possuem o mesmo valor no processo evolutivo e estrutural. Suas análises sobre a família patriarcal tratam de assuntos como alimentação, as relações domésticas, os costumes construídos com as trocas culturais, a paixão sexual e as afinidades pessoais todos os temas abjurados à época, mas que voltaram a ser objeto de estudo em “Sobrados e Mucambos”, uma espécie de continuação de Casa Grande e Senzala. Na acepção de Freyre foram os contatos mais próximos entre os grupos sociais que formaram a sociedade colonial

açucareira que, acabaram por desenvolver uma identidade ímpar para o brasileiro; e uma vez que era a mestiçagem seu vetor esta, acima de tudo, deveria ser exaltada.

Entretanto, na ânsia de glorificar a Mestiçagem, o autor considerou as relações entre senhores e escravizados como profundamente harmoniosas salientando que:

Desde logo a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maiores no Brasil do que em qualquer outra parte da América. A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parente pobre nas famílias europeias (FREYRE, 2001, p. 406).

É este exacerbado relativismo e o pensamento idílico de uma coexistência pacífica entre a população branca, indígena e negra que transforma Casa Grande e Senzala em uma obra profundamente criticada. O caráter altamente paternalista de senhores benevolentes e escravizados dóceis que Freyre tanto defendeu e explicitou em sua obra acabou por forjar o que ficou conhecido como “mito da democracia racial” – e foi contundentemente rejeitado por historiadores mais críticos.

Todavia seu olhar lançou uma questão até hoje debatida: a proximidade e o contanto mais íntimo entre os sujeitos, no período colonial, gerou relações de afetividades e poder. Para aprofunda-se nessas discursões, não só na colônia, mas também em outras temporalidades, os historiadores tiveram que abrir espaços na historiografia para discutir sentimentos, emoções e sensibilidades. Para tanto se aproximaram de outras ciências como a antropologia, filosofia, psicologia e psicanálise, mas principalmente incorporando aos seus estudos fontes ainda pouco utilizadas por historiadores da sua época, tais como: literatura, imagens, músicas etc.

Mesmo sobre a influência da História Cultural, que só começou a ganhar força no final dos anos 70 e se fortalece na década 80 e 90 do século XX (SOUSA, 2007), é somente a partir do século XXI que os estudos sobre sentimentos e emoções começaram a tomar destaque mais abertamente no Brasil.

Um bom exemplo dessa abertura é *“A História do Amor no Brasil”*, escrito por Mary Del Priore e publicado em 2006. Seguindo os passos de Braudel com os estudos de longa duração Del Priore realiza sua pesquisa a partir de um grande espaço temporal, pretendendo estudar as várias experiências amorosas no Brasil, desde a chegada dos portugueses até o início do século XXI. De igual maneira *“HISTÓRIAS ÍNTIMAS: sexualidade e erotismo na História do Brasil”*, publicado em 2011, percorre as transformações na sexualidade, erotismo e nas noções de intimidade desde o período colonial aos dias atuais.

Ambos os textos foram alvos de duras críticas, principalmente, pela delimitação de tempo escolhido que impede análises mais aprofundadas. De fato, o “método panorâmico” para da conta do contexto macro acaba por obscurecer as especificidades, porém a variedade de fontes e as novas metodologias que a autora emprega no trato destas já transformam estes livros em obras de enorme valor para a recente historiografia brasileira dos sentimentos e afetividades.

Outras três obras de suma importante para a historiografia desse segmento, que valem ser citadas, são as coletâneas *“História e Sensibilidades”*, publicado em 2006 e organizado por Marina H. Ertzogue e Temes G. Parente; *“História: Cultura e sentimento: outras Histórias do Brasil”*, publicado no ano de 2008 de autoria de Antônio Torres Montenegro et al. e *“Sentimentos na História: linguagem, práticas, emoções”*, publicado em 2012 e organizado por Marion Brepohl, André Mendes Caparro e Renata Senna Garraffoni.

Na primeira coletânea os textos abordam temas como a solidão, a saudade, o ressentimento, a dor, a violência, o sonho e a alegria, a efemeridade e sua relação com a História e o tempo dentre outros. As organizadoras dedicam parte da obra para também questionar o papel do Historiador das sensibilidades colocando-o tanto como um interprete das representações criadas pelos sujeitos, nos mais variados momentos históricos, quanto como um indivíduo marcado pela multiplicidade de afetividades que influencia a forma de ver e interpretar o mundo que o cerca (SILVA, 2012, p. 5).

A segunda coletânea traz trabalhos diversificados que tratam da representação do corpo, dos hábitos de ler, batismo, cidade, modernidade, amor e solidão. Nessa obra destacasse o texto de Antônio Paulo Rezende que busca perceber uma história da solidão e do amor no Recife dos anos 1930 e como essas práticas sentimentais são atingidas e modificadas com o advento da modernidade demonstrando, novamente, que o historiador dessas temáticas deve entendê-las como categorias dinâmicas e temporais (SILVA, 2012, p. 7).

Já *“Sentimentos na História: linguagem, práticas, emoções”*, ao contrário do que faz Del Priore, busca valorizar os pormenores em contraposição aos generalismos e os “grandes fatos”. Dividido em temáticas como “Religião: o eu e o outro”, “Amor, ódio e política” e “Belos fortes e famosos”, os textos procuram superar as categorias estanques de modo que objetivam:

Entre outras questões, desfazer dicotomias como razão/emoção, utopia/ideologia, masculino/feminino, dominante/dominado, objetivo/subjetivo, permanências/mudanças, confrontos/resistências. Recusando generalizações, investiga territórios, ambientes e conceitos que interferiram diretamente nas

experiências individuais e coletivas em diferentes momentos históricos. Os sujeitos coletivos são compreendidos em suas manifestações e recusas, suas opções e omissões, comportamentos, pertencimentos e apropriações (BREPOHL, 2012, p. 7-8).

Todos os textos citados acima têm em comum o uso de diferentes de fontes, novas abordagem e metodologias de modo que o estudo das emoções, sentimentos e afetividades alcançaram um novo sentido para a História e para o métier do historiador. Ora uma vez que:

As sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada. A rigor, a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clío a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos (PESAVENTO, 2003).

Retomando nosso olhar para as representações criadas nas relações escravistas, às afetividades que se construíram produziram um mundo de experiências intrincadas e cotidianas. Artigos mais contemporâneos como *“O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje”* do Mestre em Psicologia Social Marcel de Almeida Freitas; *“Raça, Gênero e Relações Sexual-Afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras — Um Diálogo com o tema”* da Dr^a em antropologia Ana Cláudia Lemos Pacheco; *“Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica: séculos XVIII e XIX”* e *“Quarto grande e senzala”* respectivamente das historiadoras Mirian Moura Lott e Suely Creusa Cordeiro Almeida buscaram analisar as relações entre senhores e escravizados quando estas eram mais próximas e íntimas, contudo o conceito de afetividade que estes autores e autoras utilizam - e dar ares de consenso nas academias, pois também estão presentes nas coletâneas e livros aqui já citados - parecem-nos possuir um sentido universal “autoexplicável” e de “existir por si só”.

A ideia de “facilmente compreensível” ou ainda de “Todo mundo já sabe”, demonstra na verdade a indefinição do termo e contribui para formulação de discursos dogmáticos. Acreditamos, no entanto, que as afetividades não são meramente sentimentos ou emoções positivas ao contrário elas carregam consigo todas as intrincadas redes de vivências que existe no ser em relação ao outro, com o qual estabelece um laço, um vínculo ou mesmo uma cumplicidade.

(In) definições sobre afetividade

Segundo o dicionário, afetividade é um termo próprio da Psicologia e significa “Conjunto dos fenômenos afetivos (tendências, emoções, sentimentos, paixões etc.) Força constituída por esses fenômenos, no íntimo de um caráter individual” (AFETIVIDADE, 2018).

Infelizmente a simplicidade desse conceito não dá conta da complexidade do termo nem garante a exclusividade de seu estudo à psicologia, ao contrário, um dos problemas de tratar a questão da afetividade é a sua variedade de definições uma vez que já é estudada em diversas áreas de conhecimento e não, necessariamente, de maneira interdisciplinar.

A literatura frequentemente a coloca como sinônimos de sentimentos e emoções, a psicologia estuda-a como fator determinante para a formação das personalidades, a antropologia concentra-se nas emoções colocando as afetividades ora como sinônimos, ora como produtoras das emoções, mas em todos esses contornos percebemos uma constante: as afetividades se formam e evoluem nas, e a partir, das relações humanas. “São as vivências afetivas o fundamento da nossa existência heroica ou aprisionada no automatismo. São as marcas afetivas que dão vitalidade, sentido e colorido às nossas ações e aos nossos vínculos. Mas o que são nossos vínculos e como a afetividade os influencia?” (NERY, 2014, p. 19).

É pela filosofia de Espinosa que vamos iniciar nosso percurso, que será bem mais carregado de inquietações que propriamente de respostas.

Na terceira e quarta parte de seu livro dedicado à ética Espinosa trata da “Origem e a Natureza dos Afetos” e da “A Servidão Humana ou a Força dos Afetos”, para ele a razão não se separa da experiência afetiva...

Por afeto, entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou reduzida, assim como as ideias dessas afecções. Quando podemos ser a causa adequada de alguma dessas afecções, entendo então por paixão uma ação, nos demais casos, o sofrer a ação dessa paixão (ESPINOZA, 2018, p. 38).

O filósofo nega o dualismo cartesiano tão marcante em seu contexto e defende a existência de uma única substância na qual corpo e afetividade, além de interdependentes são indissociáveis. Desse modo os seres humanos são incapazes de não constituírem afetividades, pois a própria sobrevivência já é uma condição *sine qua non* para o surgimento delas.

Isto implica diretamente no estudo das afetividades entre senhores e escravizados, pois ao analisar as relações escravistas por uma ótica espinoziana fugimos da dualidade sujeito-

objeto e as colocamos como corpos escravizados que na mesma medida que são afetados por outros corpos, afetam àqueles que interagem com ele, garantindo assim, ao sujeito escravizado, o status de produtor/receptor de afetos ou simplesmente garantindo-os como Conatus, que é o termo pelo qual Espinosa definiu o ser.

O Ser é uma potência ativa de afetar e ser afetado. Temos interesse em tudo que contribui para manter nossa forma e nossas relações. Temos a potência que parte de nós mesmos, de nossa essência, para criar as condições de persistir em nosso ser. Não possuímos conatus, somos conatus, assim como tudo que existe, porque tudo faz o esforço para permanecer em seu ser enquanto pode (grifo nosso) (TRINDADE, 2013).

Assim o escravizado era *conatus*, pois possuía o ímpeto e o esforço para continuar a sobreviver diante das condições que lhe foi imposta perseverando por melhores formas de vida. A compreensão da experiência afetiva perpassa, portanto, pelo sentido imanente, isto é, que vem do próprio indivíduo. Entretanto, isso não condiciona dizer que o entendimento, ainda que interno, não se construa na relação com o ambiente, ao contrário é nas experiências vividas que as potências se esforçam para produzir e se manter na existência.

São nas relações que o *affectus* manifesta seu caráter sazonal de um estado de “corpo afetado” para “corpo afetante” e vice-versa. Essas mudanças podem ser boas ou ruins e são definidas pelo aumento (quando benéficas) ou diminuição (quando maléficas) da potência de agir do corpo (MAXWELL, p. 15). São, portanto, variações de estados de alegria à tristeza, destas, que chamaremos aqui de afetos primários, emanam todos os outros tipos de afetos. Ao serem acompanhados por uma causa exterior os afetos primários podem gerar amor, ódio, amizade, inimizade, simpatia, antipatias, esperança, cólera, indignação, ciúme, glória etc., são essas influências externas que acabam por gerar as afeições (*affectio*). Mas o filósofo Gilles Deleuze (1978) nos chama a atenção para a diferença entre afeto e afeição enquanto o primeiro pode ser visto como a variação da potência de agir, a afeição é o estado de um corpo considerado como sofrendo a ação de outro corpo sendo sempre a partir de um contato, em outras palavras, afeição é o efeito sentido pelo corpo afetado e dependendo de como esse corpo é afetado produz-se o desejo.

O desejo aumenta ou diminui de acordo com a força que o corpo é afetado.

Ora, um corpo deve ser definido pelo conjunto das relações que o compõe, ou, o que dá exatamente no mesmo, pelo seu poder de ser afetado. E enquanto vocês não souberem qual é o poder de ser afetado de um corpo, enquanto vocês o aprenderem assim, ao acaso dos encontros, vocês não estarão de posse da vida sábia, não estarão de posse da sabedoria (DELEUZE, 1978).

Para o filósofo francês é justamente esse poder de afetar e ser afetado nas relações coletivas que também define a individualidade de um corpo sendo importante ressaltar que são a partir das velocidades e das lentidões de cada um que se constroem a realidade vivida. Deleuze concorda que há uma variação contínua dos afetos, mas esta não é produto deles, ao contrário os afetos são as próprias variações de diminuições e aumentos de potência vividos; ele é determinado pela realidade intrínseca o que não significa que seja reduzido a ela.

Quando o ambiente é predeterminante nos afetos, ou seja, quando as influências externas geram as afeições positivas ou negativas, surgem as paixões. Estas são inconstantes e não dependem dos sujeitos, seu caráter pode ser transitório, pois o que poderia ser a causa da alegria pode no momento seguinte ser a causa de dor e tristeza. A passagem da ação para paixão, ou vice-versa, depende do jogo afetivo e da força do desejo. Estes por sua vez nem sempre possuem grande intensidade, alguns, nascidos da tristeza (paixões-tristes), são fracos e diminuem a potência de existir. Outros, nascidos da alegria (paixões-alegres), aumentam a potência de existir e fortalecem o *conatus*.

Todo esse processo paixões-tristes para paixões alegres, ainda que interno, sofre influencias exteriores e nos lança para as práticas de poder. Dentro das relações sociais Poder e Afetividade juntos fundamentam e complementam os papéis exercidos pelos indivíduos em sociedade e as relações construídas no cotidiano dos indivíduos podem se mostrar como harmônicos ou conflitantes.

Essas dinâmicas de poder e afetividades que fazem parte da realidade dos sujeitos permite-nos, assim como fez Espinosa, caminhar pelo terreno espinhoso da moral e política questionando os tipos de afetividades que são geradas nas relações de poder.

Como acontece que as pessoas que têm o poder, não importa em que domínio, tenham necessidade de afetar-nos de uma maneira triste? As paixões tristes como necessárias: inspirar paixões tristes é necessário ao exercício do poder. E Spinoza diz, no “Tratado teológico-político”, que esse é o laço profundo entre o déspota e o sacerdote: eles têm necessidade da tristeza de seus súditos. Aqui, vocês compreenderão com facilidade que ele não toma “tristeza” num sentido vago, ele toma “tristeza” no sentido rigoroso que ele soube lhe dar: a tristeza é o afeto considerado como envolvendo a diminuição da potência de agir (DELEUZE, 1978).

Apesar de não acreditamos na existência de um único poder podemos inferir, por essa ótica, que nas relações escravista do Maranhão setecentista os indivíduos que possuíam mais poder utilizavam-se das afetividades para manter sua dominação.

Gêneros, corpos e afetividades

Muitos são os estudos que corroboram em afirmar que dentre a massa de indivíduos escravizados são as mulheres escravizadas as que conseguiram adquirir condições menos rígidas, mais fluentemente, e embora não fosse um esforço coletivo, mas fruto das relações individuais e construídas entre senhores e escravizadas as práticas de certas mulheres tornaram-se costumes comuns entre várias gerações, transformando-se em “uma luta calada e cotidiana contra a desumanização das relações” (PAIVA, 1995, p. 115). De alguma maneira era sua categoria de “Ser Mulher” que permitia criar certas estratégias para sobreviver e resistir à coisificação que a escravidão impunha.

Entretanto “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” pelo menos assim Simone de Beauvoir iniciava sua notável obra, *O segundo sexo*, colocando em voga uma discursão pertinente sobre os papéis de gênero nas mais diversas sociedades. A análise do tema, pelas mais diversas áreas, ao longo da História frequentemente tocou na afetividade das relações e em meios aos debates não foi incomum ver como as afetividades foram colocadas para caracterizar os papéis sociais do masculino e feminino. Confiança, virilidade e racionalidade foram postos como atributos da masculinidade enquanto inconstância, fragilidade e emoção foram, quase que exclusivamente, delegados às mulheres.

Mente e corpo foram outros elementos que ganharam papéis sociais. Visto de maneiras antagônicas as diferenças entre o corpo e a mente representavam o próprio abismo de desigualdade entre Homens, visto como a mente atuante e responsável pela tomada de decisões, e Mulheres, postas como a própria representação do corpo, irracional, selvagem e sexual. A Mente ao controlar o corpo garantiria o progresso e a civilidade logo a ordem “natural” seria o Homem controlar a Mulher, exercendo poder sobre seu corpo, controlando sua liberdade e sexualidade. Contudo os estudos pós-estruturalistas sobre a sexualidade, história das mulheres e gênero pôr-se a repensar esses papéis, caminhando para um terreno longe do binarismo cartesiano. Para esse grupo o corpo é culturalmente construído, uma categoria histórica carregada de significações e representações que ultrapassa a esfera biológica e acessa também o que está ao redor dele, o que se fala e pensa sobre ele “em diferentes tempos, espaços, conjecturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é portanto algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções” (GOELLNER, 2003, p. 28).

O corpo, nessa perspectiva, também é fruto da linguagem que o nomeia, classifica e por vezes o desclassifica. Assim quando analisamos as formas com que são nomeadas as mulheres escravizadas, na documentação, a diferenciação e o tratamento dado a elas por seus senhores, aproximamo-nos muito mais da última categoria, pois corroboramos da ideia que para o desenvolvimento de uma análise diferente sobre o corpo - independente de classe, etnia racial e sexo - é preciso evitar as dicotomias e os dualismos fixos. Em outras palavras é preciso reconhecer que os discursos universalistas sobre o corpo/afetividade reforçam preconceitos ao invés de derrubá-los.

Do mesmo modo não se trata de “Gênero”, mas de Gêneros uma vez que como categoria relacional a singularização do termo não comporta a abrangência que ele se propõe. As lutas por igualdade das mulheres e suas trajetórias históricas, ainda que façam parte dessa categoria, não são os únicos objetos de investigação que hoje comporta diversas identidades sociais como as provenientes das “masculinidades plurais”, homossexualidades, homoerotismos, transexualidades e/ou o transgêneros.

Portanto não buscamos analisar o corpo do escravo e a apropriação deste por outro corpo, no caso o do Senhor, mas sim de corpos escravizados e suas relações com corpos legalmente livres ampliando o olhar para diversidade de que tanto falamos e que propomos. É por essa perspectiva que acreditamos ser particularmente importante lançar um olhar sobre as relações afetivas e afetivo-sexuais, entre os sujeitos do Maranhão colonial, sem que essas análises caiam nos determinismos homogeneizantes podemos demonstrar uma complexa teia experiências nas quais os indivíduos são culturalmente construídos, para além dos corpos sexuados que os comportam. No Maranhão setecentista, por exemplo, os testamentos como o de Manoel Goncalves Torres, refletem uma teia de possíveis afetividades entre escravizados e libertos que ultrapassam as próprias ligações entre escravizado e senhor.

Manoel Goncalves Torres era filho de portugueses, e em 1751 habitava a cidade de São Luís do Maranhão, solteiro, seus únicos herdeiros eram os pais que viviam em Portugal, mas em sua última vontade ele se preocupa com o futuro de uma menina escravizada que não lhe pertencia:

Deixo pelo amor de Deos a huma menina por nome Victoriana Filha da negra Albina hoje escrava do Padre Antonio Garro cuja menina pelo amor de Deos [corr.] o mando tome conta dela para a educar o dito meo primeiro testamenteiro a quem se entregara os ditos corenta mil reis em dinheiro para que com eles posa lucrar [sic] para a sustentar e vestir conservando lhe sempre os ditos [corr.] mil reis que sera obrigado com [fl.4] algum lucro que posa acodir lhe ao tempo de se lhe dar casamento sendo cazo digo nesse prosedimento por que não venha a cazar neste

tempo digo cazar neste caso lhe dara sempre os ditos corenta mil e lucros que os posa ter conseguido pelo decurso de tres annos repartidos em tres partes para que em cada anno com a dita parte se poder vestir a ter menos ocazião de ofender a Deus por ser [ileg.] a derejir a dita esmola aquele melhor fim que se pode dar em tal qualidade de gente e ao dito meo testamenteiro peso pelo amor de Deos ponha todo o cuidado e sua mulher na dita menina para que posa viver christamente (ATJ nº 2, fl.3, 30 jan 1751).

Manoel não relata possuir escravizados, seus bens são modestos e ele não explica o porquê de deixar o dinheiro à filha de uma negra, e escrava de outro, mas a preocupação com o futuro da menina está lá. Um vínculo foi criado, se este foi estabelecido com a mãe ou com a menina infelizmente a documentação não nos revela, contudo, as fontes apontam para a existência de relações que não podem mais ser negadas.

Alguns testamentos encerravam em si certas nuances sobre laços afetivos. O testamento de Anna de Avilla é emblemático quanto a essa questão, viúva e sem filhos, Anna de Avilla possuía um plantel considerável de escravizados.

Declaro que posuo uma caza de telha de taipa de Pilão com seo quintal que são as em que moro no bairro de Santo Antonio para baixo do Cruzeiro, e assim mais dous catres e hum Caixa de Angelim com huma cama de roupa e mais alguma miudeza de caza que se acharem o que tudo dará a inventario os meus testamenteiros e o mesmos se achão moradores comigo \\ Declaro que posuo vinte hum escravos entre femeas e machos os quais vão nomeados por seus nomes como vem a ser os machos que já são de servisso, Antonio, Manoel, Jose, e os que não são ainda de todo servisso são os seguintes Ricardo, Gregorio, Felipe, Affonso, Onofre, os quais ditos terão huns por outros outo ha nove annoz de idade poco mais ou menos, isto se entende os machos [fl.150v] as femeas são as seguintes as de todo o servisso são Dorotheia, Thomazia, Perpetua, Luiza, Barbara, Maria, Josefa, Lucianna, Madalena, Geronima, e as de menos idade filhas das mesmas minhas escravas acimas ditas são as seguintes: Micaella, Ignacia, Custodia, Anna Josefa, as quais terão de idade pouco mais ou menos tres ha coatro annos \\ Tao bem declaro que todos estes escravos tanto machos como femeas e todos as mesmas criansas são meus legitimos escravos e delles disporei conforme me pareser como abaixo o declaro. (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752). (grifo nosso).

Sem ninguém que pudesse ser seus “herdeiros forçados”, ela distribui seus bens entre sua escravaria: “Declaro que as cazas assim nomeadas de que sou possuhidora as deixo pelo amor de Deos ao menino Francisco filho de Maria mulata, e a menina Anna Josefa filha da minha escrava Ignacia” (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752).

Ana Avilla parecia ter um apreço especial pelas crianças, deixando quase todas alforriadas. Mas é a menina Anna Josefa sua preferida, ficando esta, além da casa, com os bens pessoais e pessoas para lhe cuidar:

Declaro que a caixa de Angelim que digo [ileg.] posuo e dous catres e mais miudezas de casa como tão bem [ileg.] os quais são dous e mais huma cama de roupa

a qual está na mesma caxa, e tudo o mais que se achar em caza ou na mesma caxa tudo deixo pelo amor de Deos a menina Anna Jozeffa a qual meus testamenteiros lhes entregarão tudo a dita menina tendo ella capacidade [...]Deixo mais por forro livres e izentos de cativoiro a minha serva Dorotheia, Anna Josefa, Thomazia e Perpetua as quais poderão estar ou ficar em companhia da menina Anna Josefa isto he se quiserem, e se não quizerem buscarão sua vida por onde lhes pareser \\\ Tão bem deixo a Antonio Cafu, oficial de tecelão para ficar em companhia da menina Anna Jozeffa enquanto ella não tomar estado ou sahir da dita caza que sendo assim poderá o meu escravo ir para onde quizer pois desde logo ficará forro e livre de todo o cativoiro e so asim ficara com pensão de me mandar dizer duas missas. (ATJ nº 2, fl. 149 04/05/1752). (grifo nosso).

O que poderia ter feito uma criança “de idade pouco mais ou menos tres há coatro anos” para receber tais heranças? Que vantagens teve essa senhora ao deixar tais bens à menina? Acreditamos que a familiaridade gerada no contato diário com esses sujeitos proporcionava o surgimento de intersubjetividades, o que, de certo modo, subverte a ordem de um sistema baseado na concepção individuo-coisa (senhor-proprietário / mercadoria-escrava) para uma ótica individuo-individuo (sujeito-escravista / sujeito-escravizado).

A herança deixada para filhos de escravizadas, assim como os concubinatos entre senhores e mulheres escravizadas, as alforrias “pelos bons serviços que me tem feito”, ou “pela lealdade com que me serviu”, podem ser apontados como exemplos das autonomias adquiridas pelas afetividades construídas, nessa perspectiva, as mulheres escravizadas e os senhores no Maranhão colonial não foram categorias fixas as relações criadas entre eles revelam redes de sociabilidades que desenvolviam novas identidades.

Como a identidade é, em parte, sustentada pelos outros, ela é afectada tanto pelas alterações produzidas nas redes de sociabilidade do actor, como pelas alternativas que lhe são oferecidas. A experiência da identidade torna-se mais diversificada e instável porque os seus pontos de ancoragem e os seus referenciais também o são. A identidade já não está apenas ligada à pertença, mas também ao desejo de pertença e àquilo que é necessário fazer para o concretizar (BRANDÃO, 2010, p. 19).

Desse modo, os sujeitos escravizados no Maranhão colonial, buscando sobreviver da melhor maneira possível, criaram estratégias ligadas a um desejo de pertença e necessidade de reconhecimento. Vestir, alimentar, dar-lhes escravos para servir e cuidar daqueles a quem esta “criava com muito trabalho” são indícios de relações pautadas em vínculos de afetividades e afetivo-sexuais. E por mais que esses contatos tenham sido forçados pelos proprietários, acreditamos que as mulheres escravizadas souberam, com eficácia e pragmatismo, aproveitar a situação para criar seus espaços de autonomia e sobrevivência de modo que também podemos analisar as escravizadas como mulheres que agiram de acordo com sua própria subjetividade, esperteza e sabedoria, enfim como agentes dinâmicos de sua própria história.

Considerações finais

Os testamentos não são a única fonte que podem revelar relações afetivas, outros exemplos estão nos processos de divórcios, que carregam em si uma gama de indícios que contestam o discurso de passividade das mulheres, de uma maneira geral. As “sevícias atrozes” são constantemente citadas como causa para pedido das separações, contudo para além das reclamações de violência física com que eram tratadas, as mulheres também se queixavam da falta de amor e respeito.

Seus desejos íntimos são expostos no espaço público e por anos foram relegados à marginalidade pelos historiadores, por acreditarem que aspectos tão subjetivos não eram relevantes em tão alto grau quanto o mundo público, sobretudo político e econômico. Isso ocasionou que na historiografia, estudos sobre as afetividades femininas sejam escassos, pouco conhecidos ou, infelizmente, desmerecidos por outros historiadores. Contudo, ao nos debruçarmos sobre o tema no Maranhão colonial, procuramos desvendar o que os sujeitos julgavam como valioso ou prejudicial para si, as emoções que apreciavam, menosprezavam ou ainda as que ignoravam ao formar seus laços afetivos, pois a afetividade assim como as “emoções são, acima de tudo, instrumentos de sociabilidade. Elas não apenas são socialmente construídas e ‘sustentam e reforçam sistemas culturais’, mas também agem sobre relações humanas em todos os níveis, da conversa íntima entre cônjuges as relações globais” (ROSENWEIN, 2011, p. 37).

Logo, ao se referirem ao “amor negado”, “a amizade rejeitada”, ao “desprezo com que é tratada” percebemos, ainda que sem a certeza, a existência de um ideal, se não comum e cotidiano, no mínimo almejado. Segundo Maria da Glória Guimarães Correia, os indícios de “um amor romântico” já se desenhava no período, podendo ser percebido nas falas das suplicantes de divórcios que afirmavam servir seus maridos com todo amor e afeto conjugal, ao contrário deles que as tratavam com pouco caso e desamor, como o caso de D. Francisca Thereza Barboza em 1798, relatado pela autora,

“Comportando-se segundo os deveres de matrona honesta, tanto na obediência a seu marido quanto na exacta educação dos filhos” além de ter tido todo “o zelo e atividade nos interesses da família” [...] Silvestre, seu marido, sempre a tratou “com pouco caso e desamor” fazendo com que em sua vida de casados houvesse “uma imperfeição muy descompuesta: porque sem amor não há paz gostosa nem conformidade bem lograda”. Enfim, estava-se então no ano de 1798, de modo que a

cantilena de D. Francisca Thereza Barboza representava um sinal de que o amor romântico chegava (CORREIA, 2004, p.183) (itálico da autora) (Grifo nosso).

Talvez, não um “amor romântico” como a autora afirma, pois esse termo nos remete ao ideal do século XIX, mas uma afetividade historicamente construída em sua própria época. O que era posto como “pouco caso e desamor” pode não ter a mesma conotação que hoje ou no sec. XIX, ao passo que no Maranhão setecentista o “desamor” era alistado para causas de divórcios.

Por fim, é preciso entender que as necessidades afetivas, de cada indivíduo, subvertem e desafiam a rigidez dos valores sociais vigentes, reelaborando os elementos advindos da própria cultura escravocrata em que viviam.

REFERÊNCIAS

"Afetividade". **Dício:** Dicionário on-line de português, 16 set. 2018 www.dicio.com.br/afetividade/ Acesso em 16 de setembro de 2018.

ATJ. Livro de Registro nº 2, fl. 3 the fl.5. **Testamento do deffunto Manoel Goncalves Torres.** <Faleseo a 30 de janeiro de 1751>

ATJ. Livro, fl. 149 **Rezisto do Testamento com que faleseo a defunta Anna de Avilla** 04/05/1752.

BRANDÃO, Ana Maria. “**Identidades sexuais e de gênero:** do modelo de análise ao percurso de investigação”. In. BRANDÃO, Ana Maria. *E se tu fosses um rapaz? Homoerotismo feminino e construção social da identidade.* Porto: Edições Afrontamento, 2010. pp.17-41, p. 19.

BREPOHL, Marion, CAPARRO, André Mendes e GARRAFFONI, Renata Senna (orgs.). **Sentimentos na História:** linguagem, práticas, emoções. Curitiba: Ed. UFPR, 2012. (Contracapa).

CORREIA, Maria da Gloria Guimarães. **Do Amor nas terras do Maranhão:** um estudo sobre o casamento e o divórcio entre 1750 e 1850. Niterói, 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004. 339 fls., p.183.

DELEUZE, Gilles. **Curso sobre Spinoza.** Les cours de Gilles Deleuze. Tradução Francisco Traverso Fuchs. Cours Vincennes - 24/01/1978. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=194&groupe=Spinoza&langue=5>

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala:** Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. 43ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2001, p.406.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “**A produção cultural do corpo**”. In. LOURO, Guacira et al. *Corpo, Gênero e Sexualidade*. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 28.

MAXWELL. **Espinosa e a afetividade humana**. PUC-RIO – CERTIFICAÇÃO DIGITAL Nº 1012188/CA. Disponível em: www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20706/20706_3, p. 15.

NERY, Maria da Penha. **Vínculo e afetividade**: caminho das relações humanas. – 3. Ed. rev. – São Paulo: ágora, 2014, p. 19.

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII**: estratégias de resistências através dos testamentos. São Paulo: ANNA-BLUME, 1995.

PERROT, Michelle. “**Práticas de memória feminina**”. In. PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da História*. São Paulo: EDUSC, 2005, p.33.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SILVA, Raniery Bezerra da; MENESES, Joedna Reis de. **O Tema Das Sensibilidades Na Produção Historiográfica Contemporânea**. VI Simpósio Nacional de História Cultural *Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar*. Universidade Federal do Piauí – UFPI Teresina-PI, 2012, p. 5.

SOUSA, Laura de Mello e. **Aspectos da Historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial**. IN: FREITAS, Marcos César de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6. ed., São Paulo: Contexto, 2007.

SPINOZA, Benedictus **Ética demonstrada em ordem geométrica e dividida em cinco partes que tratam**. Tradução Roberto Brandão. Disponível em: <http://www.andre.brochieri.nom.br/livros/filos/Baruch-Spinoza-Etica-Demonstrada-amaneira-dos-Geometras-PT-BR.pdf> Acesso em 16 de setembro de 2018.

TRINDADE, Rafael. **Espinosa – Conatus**. Razão inadequada. Publicado em 27/07/2013. Web. Disponível em: <http://razaoinadequada.com/2013/07/27/espinosa-conatus/>

VIDAL, Laurent. **Alain Corbin o prazer do historiador** - entrevista. Tradução: Christian Pierre Kasper. *Rev. Bras. Hist.* vol.25 nº 49 São Paulo Jan./June 2005, p. 25-26.